



Recebido em:
31/05/2017
Aprovado em:
13/06/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

CULTURA E IDENTIDADE(S) SURDA(S): considerações sobre a Língua Brasileira de Sinais, mãos que falam e incluem

MARCELLE BITTENCOURT XAVIER ALMEIDA
MARCUS ANTÔNIO ASSIS LIMA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Resumo: O passado dos surdos esteve repleto de imposições a fim de torná-los ouvintes e muitas lutas foram empreendidas na busca de seus direitos, sobretudo, quando a Língua Brasileira de Sinais foi oficializada no país pela Lei n.º 10.436/2002, e regulamentada pelo Decreto n.º 5.626/2005. Este estudo tem como abordagem central analisar as expressões cultura e identidade(s) surda(s), sob o olhar da Libras como um importante mecanismo de comunicação e inclusão. Ao estabelecer interações com o mundo, os surdos fazem uso de expressões faciais e corporais, em que as mãos falam, sentem e expressam aquilo que eles desejam, sendo uma marca da cultura surda. Dessa forma, ficou entendido que embora a Libras, a primeira língua (L1) dos surdos, tenha sido legitimada como um dispositivo de "comunicação e expressão", eles prosseguem lutando pelo respeito às diferenças.

Palavras-chave: Cultura. Identidade(s) surda(s). Libras.

Abstract: The past of the deaf was filled with impositions to make them listeners, and many struggles were undertaken in the pursuit of their rights, especially when the Brazilian Deaf Language (Libras) was officialized in the country by Law No. 10,436 / 2002, and regulated by the Brazilian Decree No. 5,626 / 2005. This study has as a central approach to analyse the expressions culture, and deaf identity (s), under the watchful eye of the Libras as an important mechanism of communication and inclusion. In establishing interactions with the world, the deaf makes use of facial expressions and bodily expressions in which the hands speak, feel and express what they desire, being a mark of the deaf culture. Thus, as Libras is the first language of the deaf, it has been legitimised as a "communication and expression" they continue to strive for respect for differences. **Keywords:** Culture. Deaf Identity(s). Libras.

1 Introdução

Partindo de uma observação dos acontecimentos históricos que afetaram a vida dos surdos, pode ser percebido que alguns fatos deixaram marcas profundas nessas comunidades com reflexos que perduram até a atualidade. Foram anos de privação de direitos, abandono e ações cruéis, com períodos misturados pelas cenas de avanços, conquistas e alguns retrocessos, que serão descritos ao longo deste trabalho.

Ao abordar a cultura surda existem opiniões diversificadas sobre o tema, pois autores questionam sobre sua existência. Skliar (1998, p. 28) chamava a atenção para as incompreensões em torno da cultura surda, haja visto que ao pensar que nessa comunidade "[...] surgem - ou podem surgir - processos culturais específicos, é comum a rejeição à ideia da "cultura surda", trazendo como argumento a concepção da cultura universal, a cultura monolítica".

Em um de seus estudos, Sá, pesquisadora e mãe de surda, apontou que a cultura surda tem sido vista, por uma linha de pensadores, enquanto uma subcultura devido a sua construção social, em que uma sociedade ouvinte torna “aceitável” a comunidade surda. Ela menciona duas formas de negação da cultura surda: por um lado, há aqueles que defendem a ideia de que todos os surdos, sem exceção, são iguais, e por conseguinte, são insignificantes; por outro viés, outros acreditam que os surdos são iguais à cultura em sua volta, exceto o fato de não poderem ouvir (SÁ, 2006).

Ao desacreditar sobre a existência de uma cultura surda, deve-se tomar o cuidado para não menosprezar os códigos característicos da comunidade surda, ou quem sabe até seu modo de organização dos surdos, suas artes, tradições, lutas, sua forma de relacionar e interpretar o mundo, a língua de sinais e tudo aquilo que representa os surdos.

Em contrapartida, os movimentos surdos têm buscado espaços representativos na garantia de espaços públicos que respeitem a cultura surda, e conseqüentemente, os Estudos Surdos têm sido alvo de pesquisas que contribuem notadamente para o fortalecimento das questões culturais e identitárias da comunidade surda.

Uma mudança expressiva pode ser observada na sociedade quanto aos estudos de Perlin (1998), que sugere a proeminência de identidades surdas - no plural, evidenciando as múltiplas e complexas identidades que são instáveis e passíveis de mudança o tempo todo, podendo ser classificadas em algumas categorias: identidades surdas políticas, híbridas, flutuantes, embaçadas, de transição, de diáspora ou intermediárias, relacionando-se aos níveis de pertencimento e/ou envolvimento com o movimento e a comunidade surda.

Um dos aspectos que diferencia a comunidade surda é o uso da língua de sinais, embora que para ser um participante não requer obrigatoriamente que se use a língua de sinais, considerando que nem todos os surdos têm esse domínio.

Aceitar a Língua Brasileira de Sinais é respeitar a cultura e a identidade surda. A língua de sinais não é universal, apresentando variações de um país para outro, de uma cidade para outra, ou até mesmo de uma comunidade de surdos para outra. Ao compreender a forma de comunicação utilizada pelos surdos, facilita a interação entre os indivíduos e a troca de informações.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo geral esclarecer o que é cultura surda e identidade(s) surda(s). Nessa perspectiva, são questões fundamentais saber como essas ideias surgiram, como elas são usadas pela comunidade surda e quais as assimilações que a sociedade faz de tudo isso, e aspira-se ainda, investigar sobre a Língua Brasileira de Sinais e suas contribuições para a expressão da identidade dos surdos.

2 A história cultural dos surdos: Do passado ao presente

No decorrer da história o conceito de surdez foi se modificando, e hoje se vivencia uma etapa de redefinição desse conceito (BEHARES, 2000 *apud* SÁ, 2006). Para a tradição médico-terapêutica a definição da surdez se dá a partir do déficit auditivo e da classificação da surdez (leve, profunda, congênita, pré-linguística etc.), porém, nesse sentido a experiência da surdez frente aos contextos psicossociais e culturais não tem valor.

Não se sabe exatamente onde e quando surgiu o primeiro caso de surdez, todavia, pesquisas revelam que historicamente a exclusão sempre se fez presente. Antigamente, ações extremistas foram desencadeadas, de bebês serem sacrificados por nascerem surdos, e com o passar dos anos, os surdos foram conquistando paulatinamente seus direitos, mas eles ainda continuaram restritos às convivências familiares (GONDINHO, 1982).

Na Antiguidade, por exemplo, os surdos não eram idealizados como pessoas com direitos por não exprimirem suas vontades oralmente. Na Idade Média, a Igreja propagava que os surdos não tinham alma por não fazerem uso da fala dos sacramentos. Somente na Idade Moderna é que a surdez deixou de ser vista como um problema social, religioso e filosófico, passando a despontar as primeiras preocupações com o surdo e sua educação, é o que está referenciado na obra intitulada “O Surdo”, da pesquisadora Moura (2000).

Certamente é impossível esquecer o passado marcado por situações que foram impostas a eles para que fossem obrigados a serem ouvintes, e dessa forma, outras pessoas quiseram fazer a sua história. Desse ponto de vista, a história dos surdos é comumente narrada sob a ótica da dominação e do holocausto, apesar disso, as lutas sucedidas

marcam um novo “olhar” sobre a história cultural dos surdos, em que eles buscam por políticas para a língua de sinais, pela educação bilíngue e pelo respeito aos seus direitos, de acordo com os registros das pesquisadoras surdas Perlin & Strobel (2014) sobre a “História Cultural dos Surdos: desafio contemporâneo”.

Por isso, os Estudos Surdos têm sido ampliados contra a interpretação da surdez enquanto uma deficiência, e ainda contra a visão da pessoa surda enquanto um sujeito deficiente, incapaz e doente ou enquanto a experiência de uma falta (SÁ, 2006). É perceptível pelas pesquisas, dentre elas as de Karnopp & Pokorski (2015), em torno das representações sobre surdez, que modificou-se essa visão a partir do reconhecimento legal da língua de sinais, e no momento em que, os surdos dispuseram artefatos em circulação, com suas histórias, produções culturais, experiências de vida e memórias. Além disso, os surdos estão organizados e definidos de forma cultural e linguística, como assegura Sá (2006).

E, contraditoriamente a essa visão clínica da surdez abarcada como uma deficiência, em que o surdo precisa ser reabilitado, é proposto identificar a surdez a partir do respeito à sua realidade social, cultural e histórica. Skliar (1998, p. 13) seguindo a visão de McLaren (1995) ratifica que a surdez é uma diferença como “[...] uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos”.

Hoje em dia verifica-se que uma conquista representativa foi a oficialização da Língua Brasileira de Sinais ocorrida em 24 de abril de 2002, por meio da Lei n.º 10.436, favorecendo seu uso e divulgação, embora que não implica no fim dos desafios da comunidade. A afirmação da(s) identidade(s) surda(s) e das diferenças precisa ser propagada por representar os direitos dos surdos, muito longe de refletir uma mera concessão. A diferença incide em lutas, por isso, a jornada dos surdos está marcada por erros e acertos, retrocessos e avanços, o que quer dizer, que muitas mudanças estão porvir.

2.1 Cultura, comunidade e identidade(s) surda(s)

Após a contextualização dos fatos que foram preponderantes no percurso histórico dos surdos, cabe uma reflexão sobre alguns conceitos. Para começar, cultura surda pode ser pensada como a forma que o sujeito vê o mundo e o transforma com o intuito de fazer com que os espaços sociais sejam acessíveis, o que desencadeia a formação das identidades, contemplando a língua, os hábitos, as crenças, os costumes e as ideias dos surdos (STROBEL, 2008). Essas identidades estão em construção nas representações da cultura surda, podendo despontar da receptividade cultural pelo sujeito a consciência de oposição, em que ele representa a si mesmo e busca ser incluído e inibe atitudes que venham lhe inferir um valor de invalidez ou discriminatório (PERLIN, 2004).

Pesquisadores surdos entendem que há uma diferenciação entre cultura e comunidade surda. Carol Padden e Tom Humphries (2000, *apud* Strobel, 2008, p. 30-31) afirmam que a cultura é constituída pelos [...] comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições”. E “comunidade surda” trata-se de “um sistema social” representado por um grupo de pessoas que vivem agrupadas e dividem metas e responsabilidades entre si. Isso implica dizer que ela se estende não só entre os surdos, contemplando os ouvintes com os quais estabelecem uma relação, sejam os familiares, os professores da escola, os tradutores/intérpretes, os amigos e todos aqueles que têm interesses em comum e interagem no cotidiano (STROBEL, 2008).

Os surdos têm uma gama de valores e conhecimentos, com os quais se identificam com o mundo visual, em que as suas atitudes são emanadas pelo jeito de ensinar, de transmitir a cultura e pela forma de comunicar por meio da língua de sinais. Essa riqueza cultural pode ser utilizada para atingir o que espera no mundo, fazendo uso de certos elementos: “[...] a língua de sinais e o compartilhado conhecimento das pessoas surdas ou o que Veditz chama de ‘seus pensamentos e suas almas, seus sentimentos, desejos, e necessidades’”, como exposto por Padden & Humphries (1988, p. 29).

Estudos direcionam também ao entendimento de que a identidade surda tem associação ao uso da língua, em que pesquisadores (Perlin, 1998; Moura, 2000) acreditam que o uso da língua de sinais, pode ser considerado o principal aspecto constituinte da sua identidade. Pois, com o uso da Libras, por exemplo, há uma interatividade entre os sujeitos devido as possibilidades de comunicação e aprendizagem desencadeadas nesse processo, ou até mesmo os

conflitos aí gerados. A(s) identidade(se) seriam determinadas pelas práticas sociais provenientes das relações de poder, como reitera Cameron et al. (apud Lopes, 2001, p. 310): “a pessoa é um mosaico intrincado de diferentes potenciais de poder em relações sociais diferentes” (SANTANA & BERGAMO, 2005).

No entanto, Santana & Bergamo (2005, p. 570) questionam que a língua de sinais não é o único fator que atribui a identidade surda, porque “ao que parece, a constituição da identidade pelo surdo não está necessariamente vinculada à língua de sinais, mas sim à presença de uma língua que lhes dê a possibilidade de constituir-se no mundo como ‘falante’”. Gonzaga; Correa; Paula (2013, p. 8) acrescentam que além da língua deve ser reconhecido “[...] todo um contexto social quanto cultural” na formação da identidade surda.

Na verdade, os indivíduos são dotados de pluralidade, então, vão aceitando ou desprezando as características do sistema ao qual estão inseridos, e por isso, estão constantemente vivenciando um processo de formação e/ou transformação. O surdo, por exemplo, não deseja ser visto sob a ótica da presença de uma deficiência e sim como uma pessoa com diferenças culturais. Para Perlin (1998) são múltiplas as identidades surdas devido as diferenças existentes, sendo agrupadas em categorias:

i) Identidades surdas (identidade política): comumente percebida em surdos que estão em contato com sua comunidade, fazem uso da língua de sinais cotidianamente, e, compartilham entre si sua cultura e suas dificuldades;

ii) Identidades surdas híbridas: ouvintes que se apropriaram da língua de sinais após a perda da audição, “eles captam do exterior a comunicação de forma visual, passam-na para a língua que adquiriram por primeiro e depois para os sinais” (PERLIN, 1998, p. 63);

iii) Identidades surdas flutuantes: os surdos que não estabeleceram uma relação com a comunidade surda, sendo dependentes dos ouvintes, com resistência a língua de sinais;

iv) Identidades surdas embaçadas: nessa categoria estão os surdos não conseguem captar a identidade ouvinte como aqueles das identidades flutuantes, e nem fazem uso da língua de sinais, por falta de contato e de aprendizagem;

v) Identidades surdas de transição: os surdos (filhos de ouvintes) desde crianças foram ensinados em um ambiente que valorizava a oralização ou o ouvintismo, com isso, tardiamente tiveram o contato com a língua de sinais e “embora passando por essa des-ouvintização, os surdos ficam com sequelas da representação que são evidenciadas em sua identidade em reconstrução nas diferentes etapas da vida”, assim garante Perlin (1998, p. 64);

vi) Identidades surdas de diáspora: difere das identidades de transição, contemplando os surdos que passam de um/a grupo/localidade (país, Estado ou grupo surdo) para outro/a;

vii) Identidades intermediárias: os indivíduos captam as mensagens não totalmente pela experiência visual, com dificuldade de encontrar sua identidade e lutam para conseguir integrar-se ao ambiente do ouvinte.

Essas identidades surdas estão inseridas em um contexto multicultural, em que elas sofrem modificações e os sujeitos perpassam por um processo de construção continuamente, podendo ainda, receber influências vindas dos ouvintes e das interações sociais.

2.2 A Língua Brasileira de Sinais: mãos que falam e incluem

Como pode ser observado, as línguas de sinais são extremamente necessárias para a formação da(s) identidade(s) surda(s), e elas podem ser identificadas como as línguas naturais das comunidades surdas, ou seja, constituem a [...] faculdade de linguagem que se dicotomiza em um sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases”, como reforçam Quadros & Karnopp (2004, p. 30), que visam contribuir com a comunicação entre os surdos a partir de um sistema linguístico bem estruturado.

A Libras é a língua materna do surdo, com normatizações que sofrem influências de determinadas línguas de sinais. Não deve ser vista como universal, em razão de cada país possuir a sua língua de sinais, com a composição desenvolvida pela expressão corporal e facial, podendo variar os sinais de uma região para outra (GESSER, 2009). Para uma melhor orientação sobre o tema, serão elencados os aspectos estruturais da Libras a seguir.

2.2.1 Aspectos Estruturais da Libras

Com o passar do tempo, o alfabeto manual utilizado no Brasil sofreu influências da American Sign Language (ASL) e da Langue des Signes Française (LSF), língua de sinais americana e francesa, respectivamente. As 26 letras do alfabeto, incluindo “X, Y e Z”, são representadas na Língua Brasileira de Sinais, no chamado alfabeto manual ou datilologia. É muito utilizado pelos seus usuários para representar aquelas letras do alfabeto escrito, sendo possível soletrar nomes próprios, localidades e palavras diversas que não têm sinal (FELIPE & MONTEIRO, 2005).

Ao ser instituída a Libras no país, ficou declarado legalmente que ela possui um “[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria”, em consonância ao Parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.436 (BRASIL, 2002, p. 1). Diferentemente do que muitos pensam, a Libras não é a representação de palavras e frases por mímicas ou gestos. Estudiosos como William Stokoe (década de 1960), consideram que ela é estruturada com aspectos semânticos, fonológicos, pragmáticos, morfológicos e sintáticos que são comuns às línguas (GESSER, 2009).

Partindo da análise desses níveis linguísticos, pode ser ressaltado que a fonologia da língua de sinais abrange os movimentos e as configurações dos elementos que participam na produção de um dado sinal. Então, o que é uma palavra ou um item lexical nas línguas orais-auditivas, passa a ser nomeado de sinal nas línguas de sinais, e cada um é combinado por cinco parâmetros, expostos por Ferreira Brito (1995), a saber:

Um deles é a Configuração de Mão (CM), que se refere à estabilidade ou variações da mão durante a articulação de um sinal, que vão desde a posição, a quantidade de dedos que serão levantados, ou se as mãos ficarão fechadas ou não, com dezenas de configurações de mãos diferenciadas na Libras. Para Ferreira Brito (1995) há 46 Configurações de Mãos (agrupadas em 19 categorias) na Libras, para outros são 64, ou 79, enfim, existem várias percepções sobre a quantidade de Configurações de Mãos.

O Ponto de Articulação (PA) se refere ao local do corpo onde partirá o sinal a ser realizado pelo enunciador, sendo limitado desde o topo da cabeça até a cintura.

Já o Movimento (M) considera a direção (multidirecional, bidirecional ou unidirecional), o tipo (variações das mãos, antebraços e pulsos), a frequência (às vezes o movimento do sinal precisa ser repetido para indicar determinada situação) e a maneira (tensão, velocidade e qualidade) do sinal.

A Orientação (O) está relacionada à direção ou permanência da orientação da palma da mão, que pode indicar distintos significados. Por exemplo, o sinal de “ir” (o sinal é produzido para a frente do corpo) e “vir” (o sinal é orientado para o corpo) se opõem por conta ao orientação da mão.

E outro parâmetro é a expressão corporal e/ou facial são as ditas expressões não-manuais que são necessárias para a interpretação correta do sinal (uma mudança da expressão facial ou dos olhos pode indicar sentimentos distintos e dar uma significação bem distinta para o receptor).

As línguas de sinais têm peculiaridades quanto às línguas orais, com a combinação de parâmetros é possível constituir os sinais, comprovando que não são feitos de forma aleatória e mimética. Muito pelo contrário, os sinais são bem estruturados seguindo regras previamente estabelecidas.

2.2.2 A Libras sob a ótica da inclusão

A Língua Brasileira de Sinais, assim como outras línguas, para ser aprendida é fundamental que seus usuários tenham contato constante com outras pessoas que fazem uso da mesma. Ao serem participantes das comunidades surdas, eles não apenas praticam a Libras entre si, como também socializam hábitos e costumes.

Nos encontros rotineiros entre surdos, eles se comunicam na Libras, o que representa um dos mais significativos aspectos de integração. Felipe (2001, p. 63) considera que as “[...] as Comunidades Surdas no Brasil têm como fatores principais de integração: a LIBRAS, os esportes e interações sociais [...]”. Não é necessário que o surdo seja

oralizado para que ele se sinta incluído, como da mesma forma, poderia ser imposto aos ouvintes que aprendam a Libras para comunicar e interagir com os surdos. Para moldar um mundo mais igualitário é preciso que todos respeitem as particularidades dos outros, a fim de gerar relações duradouras, respeitosas e éticas.

3 Conclusão

Neste artigo, foi possível cumprir com o objetivo proposto de analisar as expressões cultura e identidade(s) surda(s). Ficou claro que há pesquisas diversificadas sobre a cultura surda, em que uns a refutam, porém, ao fazer isso, há uma série de riscos, inclusive de desprezar a história de uma comunidade repleta de desafios e lutas empreendidas pela preservação de seus modos de organização e pela legitimação na Constituição Federal da língua de sinais comum aos surdos, alcançada há menos de duas décadas.

Não dá para ignorar o passado dos surdos e as tradições que lhes são conferidas, que lhes torna diferentes e com uma cultura rica de valores. Em grupo, eles se organizam e compartilham responsabilidades entre si, têm suas piadas, realizam atividades esportivas e festas comemorativas, fazem uso de tecnologias e interagem com o mundo de modo singular. Parece impossível tratar de cultura surda e não falar da língua de sinais, uma vez que “[...] quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo”, assim declarou o psiquiatra Basilier *apud* Ferreira Brito (1993, p. 75). É, portanto, vital assegurar ao surdo seu direito de ser participante da vida social.

A temática “cultura e identidade surda” de certa forma é complexa, em especial, ao tratar sobre o segundo item. Na atualidade, há uma divisão de identidades que variam de surdos que têm algum/nenhum contato com a Libras, surdos filhos de pais surdos ou ouvintes, surdos que conheceram a língua de sinais desde cedo, dentre outras situações. Ficou constatado que a identidade do surdo tem relação com as práticas sociais e as interações dadas no lar, no trabalho, na escola, com os amigos e colegas, enfim, nas suas relações com o mundo.

Como a comunidade surda não tem uma identidade homogênea, embora seja influenciada pela cultura, cabe a todos respeitar as múltiplas identidades. E para isso, nada melhor do que conhecer a cultura surda, perceber a si mesmo e o outro, tornando-se sensível frente às diferenças. É imprescindível compreender que a Libras, a primeira língua (L1) dos surdos, é uma parte integrante da cultura dessa comunidade, e por sua vez, a identidade surda vai além do uso da língua de sinais.

Na sociedade atual é iminente que se reavalie as antigas noções que embasaram o pensamento e a ação humana, para que seja estabelecida uma ordem de convivência, conduzindo as relações de forma compreensiva e resgatando os potenciais de cada um. A escola se mostra como um espaço que corrobora significativamente nessa missão, para se promover debates em torno das temáticas que foram discutidas ao longo desse artigo, porque são essenciais para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e críticos, que façam a apropriação dos conteúdos sociais e culturais de maneira construtiva, tratando uns aos outros com respeito e repudiando injustiças promovidas contra quem seja diferente.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (2017), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), rompeu com o modelo tradicional de aplicação de provas do Exame Nacional do Ensino Médio para os surdos. Agora conta com uma nova política de inclusão para o ano de 2017, trata-se do Vídeo Prova Traduzida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), em que pela primeira vez na história dos surdos no Brasil, a prova do Enem será disponibilizada com a tradução em vídeo. Os candidatos, no ato da inscrição, poderão optar pelo novo recurso, ou pelo tradutor-intérprete de Libras ou o de Leitura Labial, que permanecerão disponíveis, bem como terão direito a solicitar uma hora adicional para a realização da prova do Enem.

A iniciativa do Inep, juntamente com a UFSC, traz um benefício notável para os surdos, que terão contato com a sua primeira língua (L1), ao realizarem a prova do Enem. Assim sendo, pode-se sim esperar por uma nova era, em que pensar em outras possibilidades é permitido, de quem sabe logo ali, em pouco tempo, haverá médicos prestando o atendimento aos pacientes com o uso da Libras desde o primeiro contato, ou se for sonhar muito, pelo menos que o surdo tenha um intérprete acessível (seja presencialmente ou por vídeo, fazendo o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação) para acompanhá-lo e/ou atendê-lo nas demandas do cotidiano. Como seria, se as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal dispusessem de “[...]”

pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras”, conforme previsto no Decreto n.º 5.626 (2005) Que tudo isso seja aplicado como uma regra e não enquanto exceção!

Muitas são as questões para se imaginar, e melhor que sonhar, é concretizar. Ficou constatada e registrada neste trabalho a importância da Libras para os surdos, restando a missão conjunta de todos se envolverem nesse processo: a comunidade surda, a família, os pesquisadores, os professores e demais representantes das escolas, as empresas de serviços públicos, e ainda, os órgãos da administração pública federal, ao unir forças com a sociedade com o mesmo propósito – de respeitar a diferença –, envolvendo e compartilhando valores com aqueles que usam suas mãos para falar, expressar, sentir, opinar e fazer história.

Referências

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Brasília, DF: Senado, 2002.

_____. Decreto Federal n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: **Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: . Acesso em: 10 mai. 2017.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto**: curso básico. Livro do estudante. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em contexto**: curso básico. Livro do professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.

FERREIRA BRITO, L. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

_____. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. **Libras Que língua é essa** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONDINHO, E. **Surdez e Significado Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

GONZAGA, J. C.; CORREA, J. J.; PAULA, F. A. de. **Cultura e identidade surdas**: relação entre linguagem e identidade (o contra ponto do outro). V Congresso Internacional de Educação, Pesquisa e Gestão. Educação Inclusiva - CIEPG: Desafios e Possibilidades. Paraná: Instituto Sul Americano de Pós-Graduação, Ensino e Tecnologia, 2013. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Inep mostra exemplo de como será a Vídeo Prova Traduzida em Libras do Enem 2017. Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: . Acesso em: 30 mai. 2017.

KARNOPP, L. B.; POKORSKI, J. de O. **Representações na literatura surda sobre modos de ser surdo**. Educação e Filosofia (UFU – Impresso), v. 29, p. 355-373, 2015.

MOURA, M. C. de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. **Deaf in America**: voices from a culture. Cambridge, Massachusets e Londres: Harvard University Press, 1988.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **O lugar da cultura surda**. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). *A invenção da surdez*: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **História cultural dos surdos**: desafio contemporâneo. Educar em Revista. Edição Especial n. 2/2014. Curitiba: Editora UFPR, 2014. p. 17-31.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed; 2004.

SÁ, N. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**: os estudos surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. (2005). **Cultura e identidade surdas**: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, mai/ago. 2005.

SKLIAR, C. B. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.